



Programa de Desenvolvimento das MPME's

Encontro com empresários - Luanda

Luanda, 10 de Abril de 2012

Programa de Desenvolvimento das MPME's

Programa de Desenvolvimento das MPME's

I Facilitar o acesso ao crédito para MPME's	1	Bonificação de juros	2	Fundo de garantia
	3	Fundo Público de Capital de Risco		
	4	Suporte ao empreendedor (Formação, Consultoria e Incubadoras)		
II Desenvolver programas de capacitação para MPME's	5	Simplificar os processos burocráticos para as MPME's		
	6	Monitorar benefícios fiscais para o empreendedorismo		
	7	Monitorar aplicação dos apoios institucionais da lei MPME's		
III Potenciar a desburocratização e os apoios fiscais e institucionais	8	Fomento do cooperativismo		
	9	Dinamizar dos sectores bandeira		
	10	Programa de incentivo ao consumo de produção nacional	11	Corredores de escoamento produtos agro-pecuários
IV Promover o incentivo à produção nacional	12	Dinamizar de pólos agro-industriais, pólos indústrias e ZEE		
	13	Programa de Apoio ao Pequeno Negócio		
	14	Iniciativas de impacto económico e social imediato		
V Estimular iniciativas de impacto social e económico imediato				

Programa desenvolvimento MPME's

Principais medidas, impactos e custos do programa

Principais medidas

Operacionalização da lei das MPME's através do INAPEM e IFE

- **Capacitação**
 - Formação, consultoria e incubadora para as MPME's e empreendedores
- **Financiamento**
 - Linhas de crédito bonificadas para as MPME's angolanas
 - Fundo de Garantia ao crédito concedido pela banca a projectos
 - Incentivos fiscais ao empreendedorismo
- **Apoio Institucional**
 - Desburocratização dos processos para MPME's e empreendedores
 - Monitorização da real aplicação dos apoios estatais às MPME's

Potenciará não só a expansão das MPME's e do empreendedorismo, como também o desenvolvimento dos sectores bandeira, do cooperativismo e do Programa Comprar Nacional

Principais impactos



Iniciativas de impacto económico e social imediato



Orçamento do Programa

Programa Desenvolvimento MPME's

- Orçamento 2012
• ~\$520 M
- Orçamento médio 2013-2015
• ~\$435 M

Programa de Apoio ao pequeno Negócio – Meu Negócio, Minha Vida

- Orçamento 2012
• ~\$220 M

Iniciativas de impacto económico e social imediato

- Orçamento 2012
• ~\$69 M

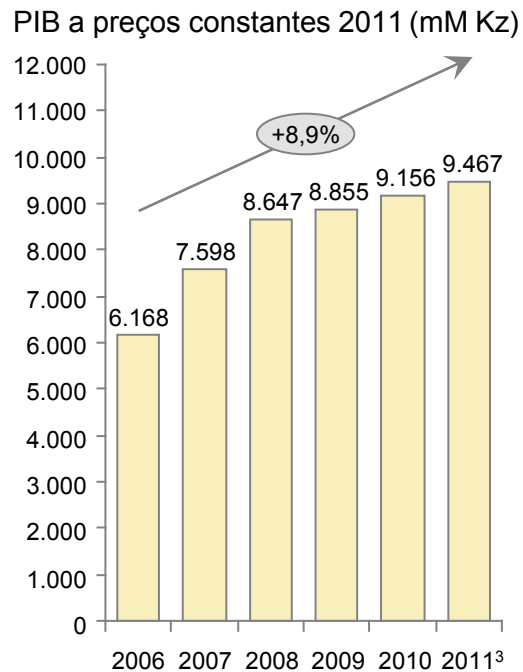
Agenda

Diagnóstico à situação actual

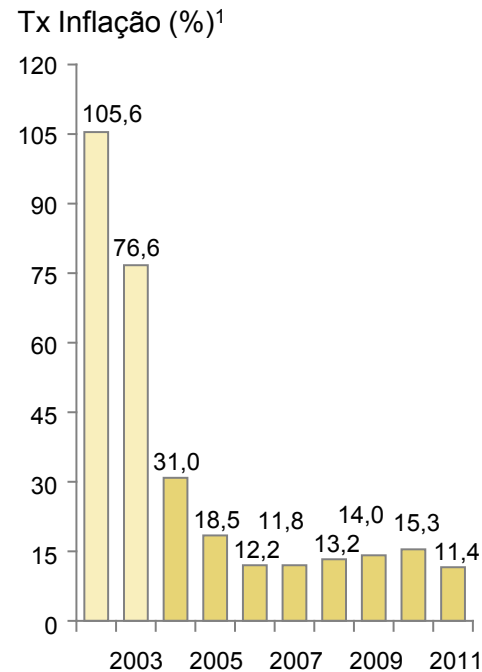
Programa de Desenvolvimento das MPME's

A nível macro Angola tem conseguido enormes avanços, sendo uma economia a crescer num enquadramento estável

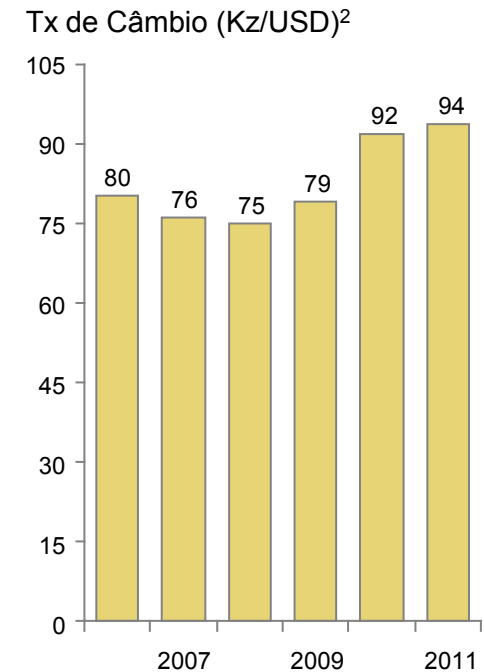
Taxa de Crescimento Real do PIB de Angola de 8,9% (2006-2011)



Estabilização da taxa de inflação nos ~10% a partir de 2006



Taxa de câmbio AKz/USD relativamente estável, mesmo após crise

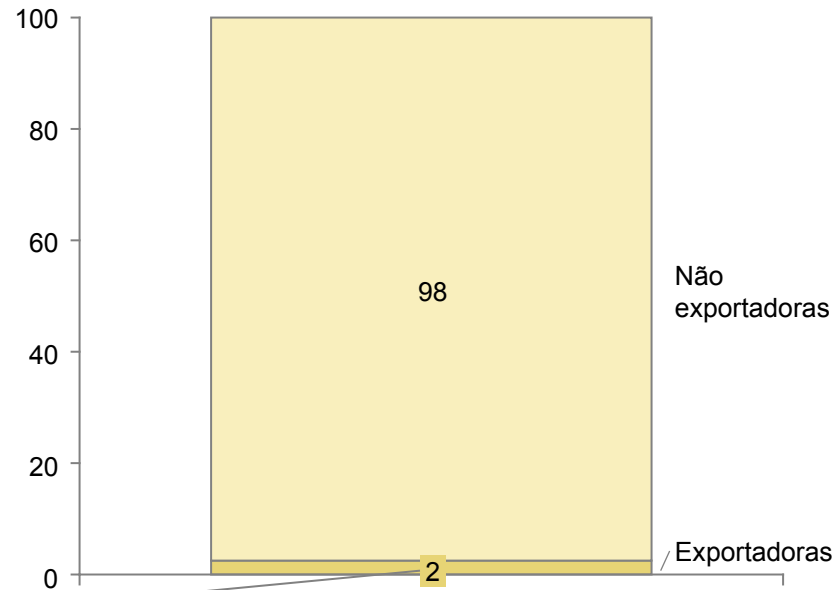


1. Com base em Índice de Preços do Consumidor – Luanda; 2. Valor médio anual; 3. Valor preliminar
Fonte: Ministério do Planeamento; INE; BNA

A nível micro Angola assenta numa economia fortemente importadora...

Apenas 2% das empresas em Angola são Exportadoras

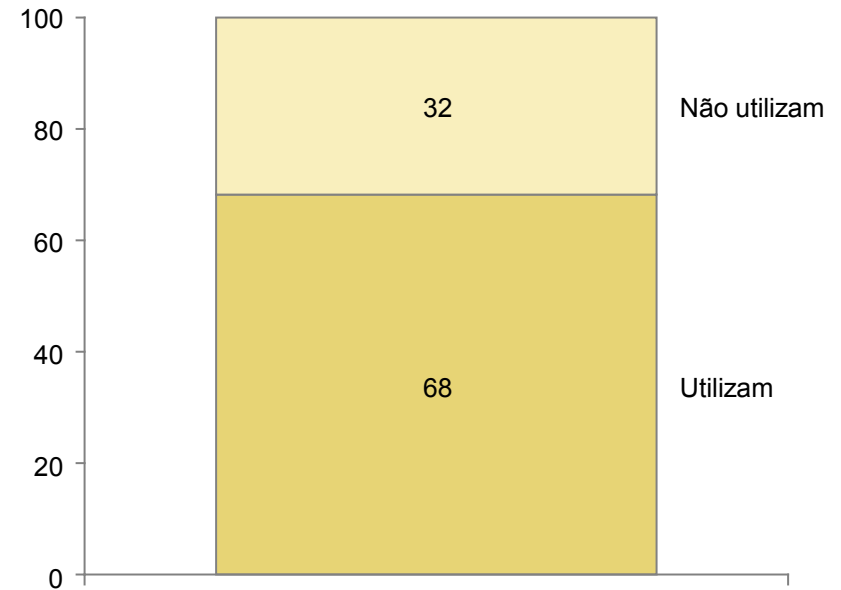
Empresas 2007 (%)



Os Sectores Exportadores são Petróleo e Diamantes

68% das empresas em Angola utilizam produtos importados

Empresas que utilizam inputs de origem estrangeira 2007 (%)

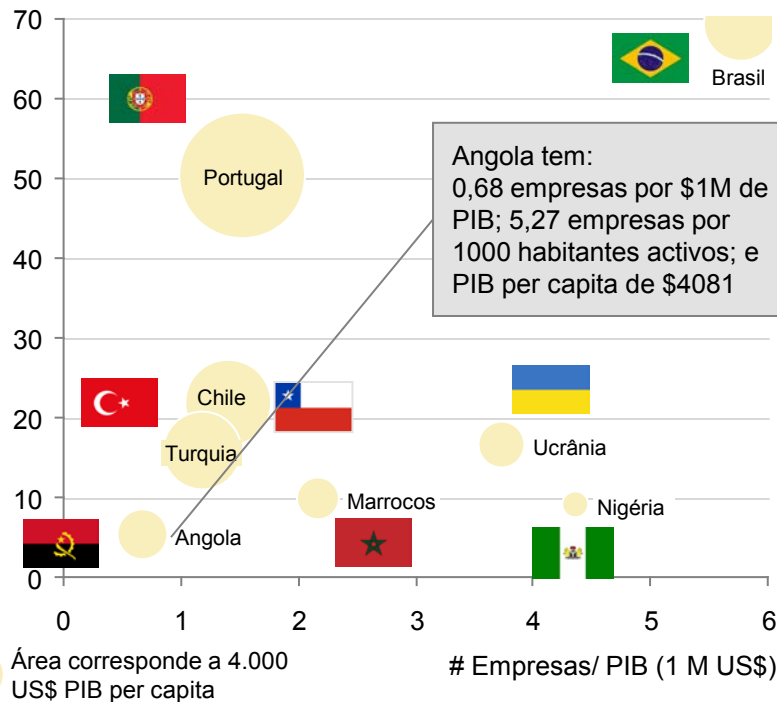


Desenvolver empresas nacionais para potenciar a substituição das importações por produção interna

...com um sector empresarial pequeno e onde quase só as grandes empresas contribuem fiscalmente

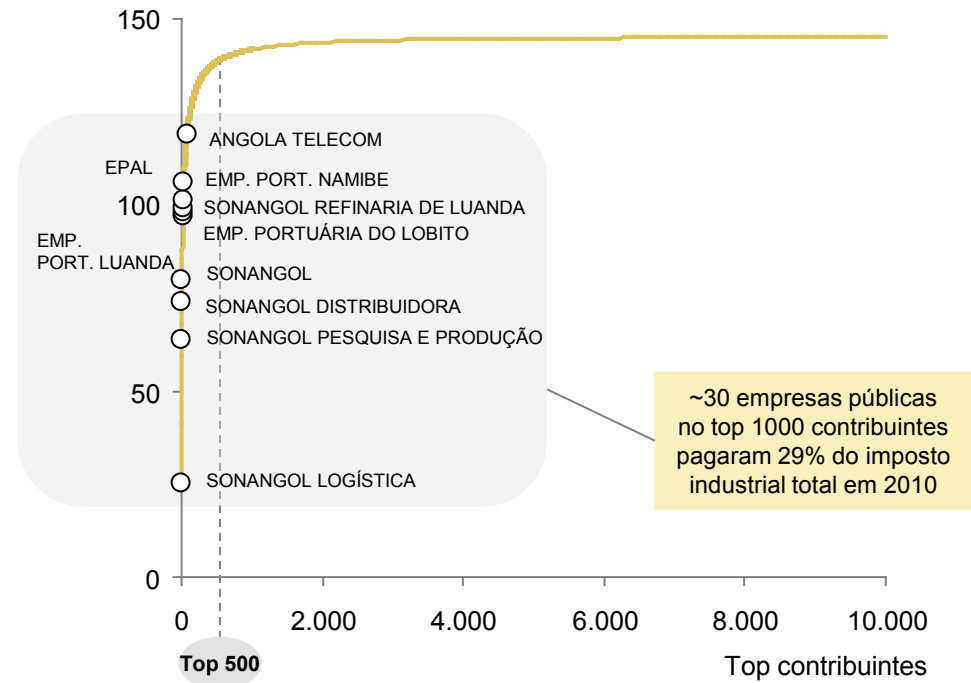
Sector privado angolano tem o menor vol. de empresas por população activa

Densidade empresas (# empresas/1.000 habitantes activos)



Top 500 contribuintes representam 95% do imposto industrial total

Imposto industrial 2010 (1.000 M AKZ)



MPME's em Angola ocupam um papel pouco relevante, devendo ser fortemente expandido

Nota: PIB nominal (US\$) para o ano em questão; Angola, Marrocos, Nigéria e Brasil - ano 2009; Ucrânia, Turquia e Portugal - ano 2007; Chile - ano 2008
Fonte: Banco Mundial (World Bank Group Entrepreneurship Database), Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social Português, International Labour Organization 2010

Angola apenas tem ~50.000 mil empresas identificadas

Trabalhadores

Facturação

Nº Empresas

Artigo 5.º (Lei MPME's)

Micro Empresas

- Empregam até 10 trabalhadores

- Facturação bruta anual (equivalente KZ) < \$ 250.000

- Existem ~19.371 empresas privadas conhecidas (37% total)

Pequenas Empresas

- Empregam mais de 10 e até 100 trabalhadores

- Facturação bruta anual (equivalente KZ) \$ 250.000 < e < \$ 3M

- Existem ~783 empresas privadas conhecidas (2% do universo total)

Médias Empresas

- Empregam mais de 100 e até 200 trabalhadores

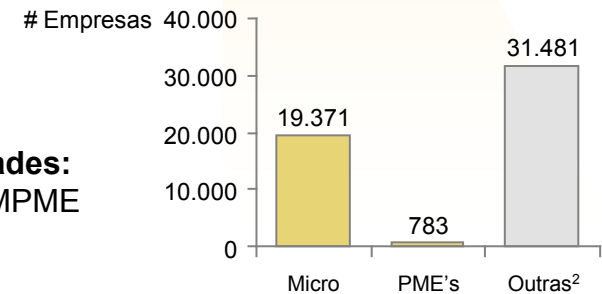
- Facturação bruta anual (equivalente KZ) \$ 3M < e < \$ 10M

Artigo 7.º e 12.º (Lei MPME's)

Empresas Excluídas

Não são consideradas MPME's nem apoiadas as seguintes entidades:

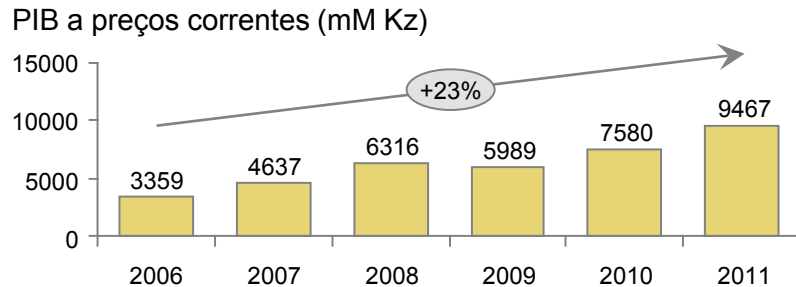
- Participada ou accionista de outra empresa Pública¹ ou que não MPME
- Filial ou sucursal no país de uma empresa com sede no exterior
- Exerça a actividade no sector financeiro bancário e não bancário
- Não tenham a sua situação legal ou fiscal regularizada



1. , Excepto universidades e centros de investigação, nestes casos com o limite máximo de 25 % do capital social 2. Dados de empresas de trabalhadores e/ou facturação desconhecidos
 Fonte: Lei n.º 30/11 de 13 de Setembro - LEI DAS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

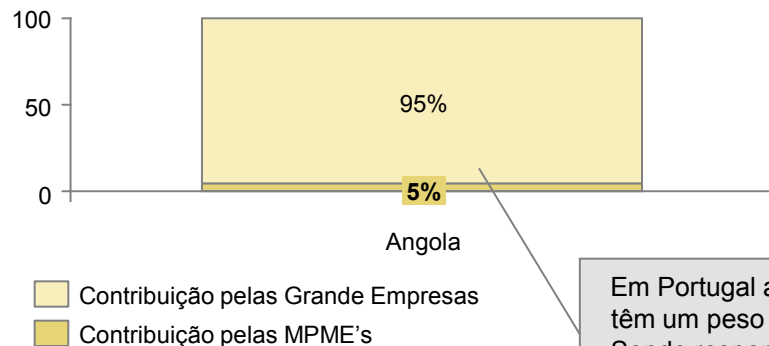
Executivo aprovou uma lei com vista a estimular a expansão das MPME's

PIB angolano¹ tem crescido ~23%/ano...



...mas MPME's mantêm peso residual

Contribuição imposto industrial



Em Portugal as MPME's têm um peso 12x maior. Sendo responsáveis por 60% do imposto recolhido

Governo desenvolveu uma lei de apoio às MPME's que entrou em vigor em Jan. 2012

O Governo de Angola consciente da importância das MPME's no desenvolvimento de uma economia sustentável e funcional

- Absorve o conteúdo dos programas de apoio desenvolvidos no Ministério da Economia, definindo uma legislação específica de apoio e estímulo às Micro, Pequenas e Médias Empresas Nacionais



Artigo 1.º (Objecto)

A presente lei estabelece as normas relativas ao tratamento diferenciado que devem merecer as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), bem como as condições de acesso aos respectivos incentivos e facilidades

1. PIB a preços correntes
Fonte: Lei n.º 30/11 de 13 de Setembro - LEI DAS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS; INE Portugal

Agenda

Diagnóstico à situação actual

Programa de Desenvolvimento das MPME's

O Programa de MPME's visa operacionalizar a lei das MPME

Alinhado com a estratégia "Angola 2025" e objectivos fundamentais para o fomento do país

Estratégia "Angola 2025"

Estratégia "Angola 2025" vai fortemente ao encontro com pilares do programa de desenvolvimento das MPME's

- ✓ Financiamento e facilitação do acesso ao crédito
 - Sociedades de capital de risco
 - Sociedades de garantia mútua
- ✓ Assistência técnica e tecnológica às PME's
 - Centros de Inovação e Competências
- ✓ Promoção do empreendedorismo
- ✓ Promoção da cooperação e das parcerias em rede
- ✓ Promoção dos exercícios de Benchmarking
- ✓ Política de internacionalização das PME's
- ✓ Organização e funcionamento do Guichet Único

É crítica a boa execução do programa em 2012

Programa Desenvolvimento MPME's





No seguimento da aprovação e publicação da Lei das MPME's (Lei n.º 30/11) o Governo de Angola aprovou um Programa de Desenvolvimento das MPME's, com os seguintes objectivos

- Financiamento, Capacitação, Desburocratização e Apoio institucional terão fortes impactos na sociedade
 - Melhorar balança de pagamentos
 - Diversificar economia
 - Distribuir riqueza
 - Aumentar emprego
 - Aumentar produção nacional
- Apoio específico às microempresas (Programa Micro-Fomento)
- Programas de Elevado Impacto Social em 2012
 - Corredores para escoamento de produtos agro-pecuários
 - Iniciativas com enfoque específico em Luanda, em articulação com governo provincial
 - Programa de formalização da economia (PREI)

- ✓ Objectivo directo do programa Desenvolvimento MPME's
- ✓ Objectivo indirecto do programa Desenvolvimento MPME's

Fonte: Estratégia Angola 2025 – secção Política para PME's (Quadro V.10) e Simplificação burocrática (V.6.4)

5 áreas de enfoque onde o Executivo deverá actuar por via do INAPEM e IFE para atenuar constrangimentos das MPME's

Áreas de enfoque	Principais constrangimentos	Entregáveis
Dificuldades de acesso a financiamento 	MPME's com dificuldades de financiamento por falta de colateral e escassez de oferta para MPME's	Programa de financiamento para MPME's por via de linhas de crédito bonificadas, fundo garantia e novos mecanismos financeiros
Qualificação dos Recursos Humanos 	Falta de qualificação das pessoas leva a uma baixa taxa de sucesso dos negócios e das iniciativas empreendedoras	Plano de capacitação dos empresários por via de programas de formação e consultoria assim como de uma incubadora
Excesso de processos burocráticos 	Processos de licenciamento, prazos de pagamento e concursos públicos demasiado demorados e onerosos limitam MPME's	Implementar e monitorizar a execução das iniciativas de apoio institucional às MPME's e empreendedores no quadro da lei das MPME's
Fraco incentivo à produção nacional 	Produção nacional em Angola é pouco estimulada, existindo rápida preferência pela via importadora	Projectos de apoio à produção nacional cooperativismo, dinamização dos sectores bandeira e o programa comprar nacional
Dificuldades sociais e informalidade	Populações rurais e urbanas com baixa renda, que sobrevivem na economia informal	Programas com impacto social e económico imediato, fazendo chegar meios financeiros e equipamentos / serviços sociais às populações

Programa de Desenvolvimento das MPME's

Programa de Desenvolvimento das MPME's

I Facilitar o acesso ao crédito para MPME's	1	Bonificação de juros	2	Fundo de garantia
	3	Fundo Público de Capital de Risco		
	4	Suporte ao empreendedor (Formação, Consultoria e Incubadoras)		
II Desenvolver programas de capacitação para MPME's	5	Simplificar os processos burocráticos para as MPME's		
	6	Monitorar benefícios fiscais para o empreendedorismo		
	7	Monitorar aplicação dos apoios institucionais da lei MPME's		
III Potenciar a desburocratização e os apoios fiscais e institucionais	8	Fomento do cooperativismo		
	9	Dinamizar dos sectores bandeira		
	10	Programa de incentivo ao consumo de produção nacional	11	Corredores de escoamento produtos agro-pecuários
IV Promover o incentivo à produção nacional	12	Dinamizar de pólos agro-industriais, pólos indústrias e ZEE		
	13	Programa de Apoio ao Pequeno Negócio		
	14	Iniciativas de impacto económico e social imediato		
V Estimular iniciativas de impacto social e económico imediato				

Breve caracterização de iniciativas de Desenvolvimento MPME's (I/II)

	Iniciativa	Breve descrição	Objectivos
1	Linha de crédito bonificado	Instrumento para a concessão de crédito pela Banca com taxas de juro bonificadas pelo Estado	<ul style="list-style-type: none"> Baixar o custo de financiamento para MPME's Agilizar processo de concessão de crédito
2	Fundo de garantia	Mecanismo de garantias de crédito públicas, através de um fundo de garantia que garante até 70% de empréstimos para MPME	<ul style="list-style-type: none"> Facilitar acesso ao financiamento das MPME's
3	Fundo Público de Capital de Risco	Fundo de Capital de Risco para estímulo ao desenvolvimento de projectos competitivos em fase <i>Early-stage</i>	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar projectos competitivos Estimular a inovação e a eficiência de processos nas MPME's Aumentar a capacidade financeira de MPME's
4	Criação de benefícios fiscais para o empreendedorismo	Operacionalização da Lei das MPME's (recentemente publicada) através de mecanismos específicos que garantam a sua efectiva aplicação no terreno	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir os custos de arranque da empresa Fomentar o investimento em determinados sectores de actividade ou regiões do país
5	Suporte ao empreendedor	Programa de formação e consultoria ao pequeno empreendedor, apoiando na geração de ideias (incubadora), na formação em skills de gestão e na realização do <i>business plans</i>	<ul style="list-style-type: none"> Capacitar potenciais empreendedores Preparar empreendedores para o processo de pedido de financiamento (ex. business plans) Apoiar os empreendedores na gestão dos seus negócios na fase inicial da vida das empresas
6	Simplificação dos processos burocráticos	Facilitação do processo de constituição da empresa, registos e outros licenciamentos	<ul style="list-style-type: none"> Eliminar barreiras à constituição de empresas Minimizar tempo e custo do processo de registo Garantir activos válidos para potenciais hipotecas
7	Monitorização da aplicação dos apoios institucionais	Comunicar e monitorizar a real execução dos apoios institucionais existentes para MPME's	<ul style="list-style-type: none"> Comunicar, informar e apoiar os empreendedores e empresários de MPME's a usufruir dos apoios institucionais existentes

Breve caracterização de iniciativas de Desenvolvimento MPME's (II/II)

Iniciativa	Breve descrição	Objectivos
8 Fomento cooperativismo	Mecanismos de estímulo ao cooperativismo, sobretudo em meios rurais	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar os apoios das cooperativas junto dos agricultores (capacitar, financiar e escoar a produção) Estimular a formalização da economia rural
9 Dinamização dos sectores bandeira	Promoção competências de gestão e empreendedorismo junto de entidades externas	<ul style="list-style-type: none"> Promover aulas de gestão e empreendedorismo nas escolas assim como desenvolver workshops e acções de formação abertos aos jovens
10 Programa de incentivo ao comprar nacional	Programa de incentivo ao consumo de produção nacional e implementação de corredores de escoamento de produtos agro-pecuários	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a imagem de qualidade da produção nacional Aumentar a preferência dos consumidores pela marca Angola e assim potenciar a produção nacional
11 Corredores de escoamento produtos agro-pecuários	Monitorização de sistema de escoamento de produtos agro-pecuários junto de grandes consumidores públicos e privados, incluindo vários corredores de escoamento	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver corredores de escoamento para produtos agro-pecuários Utilizar as compras das entidades públicas para promover o consumo de produtos de produção nacional
12 Dinamizar de pólos agro-industriais, pólos indústrias e ZEE	Dinamizar outros pólos industriais e agro industriais (perímetros irrigados) e a ZEE	<ul style="list-style-type: none"> Desbloquear os aspectos legais pouco claros quanto às condições de adesão Expandir a criação de <i>clusters</i> industriais em Angola
13 Programa Micro-Fomento	Programa de micro-crédito dirigido às pessoas de baixa renda, articulando com Unidades Técnicas Territoriais , BUE e centros INEFOP	<ul style="list-style-type: none"> Criar novos micro-negócios Formalizar os micro negócios existentes Bancarizar os micro-empresendedores
14 Iniciativas de impacto económico e social imediato	Conjunto de iniciativas de elevado impacto na província de Luanda, com o objectivo de combater a pobreza, criar emprego e melhorar de forma rápida as condições sociais em Luanda	<ul style="list-style-type: none"> Programa Luanda Limpa Programa Mercados Populares Programa de Micro-Fomento em Luanda Programa Equipamentos Sociais

Iniciativas do Programa de Desenvolvimento MPME's terão impacto em particular nos sectores prioritários

	Sectores prioritários	Iniciativas	Detalhe
Sector Primário	Agricultura, Pecuária e Pescas, Geologia e Minas (extracção)	<ul style="list-style-type: none"> • Facilitação do acesso ao crédito • Fundo de Capital de Risco • Incentivos fiscais ao empreendedorismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de cooperativas • Escoamento da produção • Melhoria da gestão dos projectos agro-pecuários
Sector Secundário	Indústria Transformadora, Geologia e Minas (transformação)	<ul style="list-style-type: none"> • Simplificação dos processos burocráticos • Monitorização dos Apoios Institucionais (Lei das MPME's) • Suporte ao empreendedor • Fomento ao cooperativismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Facilitação da operação de indústrias transformadoras • Oferta de infra-estruturas • Escoamento da produção
Sector Terciário	Serviços de Apoio ao Sector Produtivo	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamização sectores bandeira • Programa de incentivo ao consumo de produção nacional • Dinamização de pólos agro-industriais e indústrias nas ZEE 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma rede de fornecedores local • Capacitação dos recursos em áreas chave de suporte

Sectores prioritários serão o alvo principal das iniciativas do Programa de Desenvolvimento das MPME's (I/II)

Macro sector	Micro sector
Agricultura, Pecuária e Pescas	<ul style="list-style-type: none">• Cereais: milho, arroz, trigo, massangano e massambala• Leguminosas: cultura de feijão comum• Raízes de tubérculos: mandioca, tubérculos, batata rena, batata doce e batata nhiame• Oleaginosas: amendoim, palmeira de dendém, girassol e soja• Hortícolas e Fruteiras• Cana-de-açúcar e Café• Peixes, mariscos e crustáceos• Bovinicultura de corte e de leite• Caprinicultura, suinicultura e avicultura
Materiais de Construção	<ul style="list-style-type: none">• Varão de aço• Tubos pretos e galvanizados• Chapas de zinco e fibrocimento• Gesso, cimento e produtos cerâmicos• Ferragens e carpintarias• Tubos e perfis em PVC• Tintas, vernizes e colas• Produtos de canalização (ex. torneiras e chuveiros)• Aparelhos/sistemas de refrigeração• Lâmpadas, cabos, fios e painéis eléctricos
Serviços de Apoio ao Sector Produtivo	<ul style="list-style-type: none">• Mecânica industrial e automóvel• Electricista industrial e automóvel• Incubadora de empresas com serviços de consultoria, contabilidade e marketing• Interpostos logísticos de conservação e congelação• Transportes rodoviários de mercadorias• Construção de naves industriais, avícolas e pecuárias

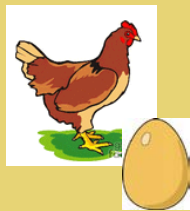
Sectores prioritários serão o alvo principal das iniciativas do Programa de Desenvolvimento das MPME's (II/II)

Macro sector	Micro sector
Indústria Transformadora, Geologia e Minas	<ul style="list-style-type: none">• Bebidas: cervejas, vinhos, águas, sumos e espirituosas• Conservas de frutas, legumes, concentrados, carne e peixe• Lacticínios e derivados, fermento fresco e seco• Massas, bolachas e confeitos• Fabrico de açúcar, melaço, bagaço e álcool• Óleos vegetais e derivados• Descasque de arroz e café, torrefacção de café• Derivados da pesca• Moagem de farinhas em rama e espoadas• Rações animais• Têxteis e confecções, curtume, couro, peles, calçado e marro• Artefactos e artes de pesca• Resinas• Fabrico de pneus e câmaras-de-ar, materiais de recauchutagem, artefactos de borracha e recauchutagem• Montagem de motorizadas e bicicletas• Aproveitamento de peças e tratamento de sucata ferrosa e não ferrosa• Artigos de madeira e mobiliário• Indústrias gráficas• Embalagens de cartão e plástico, sacaria• Agricultura: produtos de apoio ao campo, máquinas equipam. e utensílios• Balcões, Arcas, vitrinas frigoríficas e frigoríficos• Fileira de derivados do petróleo e gás• Manufactura de minerais não metálicos• Madeira – contraplacados e prensados• Reciclagem de papel, Celulose e pasta para papel• Rochas ornamentais e pedras semipreciosas• Indústria de fertilizantes e de soda caustica, Adubos• Vidro: embalagens, loiça e planos• Metalomecânica pesada e ligeira• Siderurgia: electro-siderurgia e electro-metalurgia• Indústrias químico-farmacêuticas• Construção e reparação naval• Indústria Mineira Extractiva (ferro, cobre, zinco, fosfato, alumínio, níquel, entre outros)• Industria transformadora de aproveitamento de recursos mineiros

Avicultura reúne grande condições para representar um dos sectores bandeira

Sector bandeira

Avicultura



Racional para escolha

- ✓ Sectores com elevado peso nas importações (contribuindo para o défice comercial do país), tanto no sector alimentar como não-alimentar;
- ✓ Impactos do sector materializáveis e visíveis no curto prazo;
- ✓ O sector oferece bens essenciais e de consumo massivo da população;
- ✓ Reduzido investimento inicial necessário para desenvolver o sector a uma escala razoável;
- ✓ Reduzida sofisticação tecnológica e complexidade operativa;
- ✓ Produção de bens e serviços para o sector desenvolvida ao longo dos diversos sectores de actividade: sector agrícola e pecuária, sector industrial e sector dos serviços;
- ✓ São fileiras com impacto e relevância política, fáceis de compreender pela População;
- ✓ Sectores com elevada criação de emprego, tanto ao nível de empregos qualificados como empregos menos qualificados.

As MPME's terão acesso à concessão de crédito com diferentes limites consoante a sua dimensão

	Trabalhadores	Facturação	Limite na concessão de crédito
<p>Artigo 5.º (Lei MPME's)</p> <p>Micro Empresas</p>	<ul style="list-style-type: none"> Empregam até 10 trabalhadores 	<ul style="list-style-type: none"> Facturação bruta anual (equivalente KZ) < \$ 250.000 	<p>até 200 mil USD (equivalente KZ)</p>
<p>Pequenas Empresas</p>	<ul style="list-style-type: none"> Empregam mais de 10 e até 100 trabalhadores 	<ul style="list-style-type: none"> Facturação bruta anual (equivalente KZ) \$ 250.000 < e < \$ 3M 	<p>até 1,5 milhões USD (equivalente KZ)</p>
<p>Médias Empresas</p>	<ul style="list-style-type: none"> Empregam mais de 100 e até 200 trabalhadores 	<ul style="list-style-type: none"> Facturação bruta anual (equivalente KZ) \$ 3M < e < \$ 10M 	<p>até 5 milhões USD (equivalente KZ)</p>
<p>Artigo 7.º e 12.º (Lei MPME's)</p> <p>Empresas Excluídas</p>	<p>Não são consideradas MPME's nem apoiadas as seguintes entidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> Participada ou accionista de outra empresa Pública¹ ou que não MPME Filial ou sucursal no país de uma empresa com sede no exterior Exerça a actividade no sector financeiro bancário e não bancário Não tenham a sua situação legal ou fiscal regularizada 		

1. , Excepto universidades e centros de investigação, nestes casos com o limite máximo de 25 % do capital social 2. Dados de empresas de trabalhadores e/ou facturação desconhecidos
 Fonte: Lei n.º 30/11 de 13 de Setembro - LEI DAS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Serão criados instrumentos de facilitação do acesso ao crédito, com bonificação de juros e garantias públicas

Instrumentos de facilitação do acesso ao crédito concedido pelos bancos

Previstos na Lei n.º 30/11 de 13 Setembro 2011

Disponíveis para as MPME que satisfaçam critérios de elegibilidade

- Empresas certificadas pelo INAPEM
- Projectos em sectores prioritários
- Investimento em imobilizado corpóreo e/ou reforço de fundo de maneio

Crédito concedido com recursos dos bancos

Taxas de juro acordadas entre os Bancos e as MPME não podem superar tectos máximos

- LUIBOR 6 M + 3,0% p/ médias empresas
- LUIBOR 6 M + 4,5% p/ pequenas empresas
- LUIBOR 6 M + 6,0% p/ micro empresas

Prazo máximo de reembolso de 7 anos e carência de capital de pelo menos 6 meses

Linhas de Crédito Bonificado

Estado bonifica juros pagos pelas MPME

Valor máximo da taxa de juro anual efectivamente paga pela MPME de 5%

- Taxa de juros paga por MPME é 30% da taxa acordada com bancos, com tecto de 5%

Mecanismo de Garantias Públicas

Garantias a ser concedidas por Fundo de Garantia de Crédito, num total de \$1000 M

Taxa de cobertura de até 70% do capital

Comissão de 2% paga pelo agente económico

Os juros a serem pagos pelas MPME
vão ser no máximo 5%

O Programa Desenvolvimento MPME's deverá conter objectivos bem definidos e métricas para monitorização

Ambição Programa Desenvolvimento MPME's		Métricas de seguimento (KPIs)	
Nível	Objectivos 2015	Métrica proposta	Fonte
Macro	<ul style="list-style-type: none"> Incrementar o nível de competitividade da economia para top 10 da África Subsaariana 	Índice de competitividade ¹ <ul style="list-style-type: none"> 2010: 24/25 ou 138/139 	World Economic Forum
	<ul style="list-style-type: none"> Manter as taxas de crescimento do PIB real da economia angolana entre os ~7% - 8,5% 	Taxa de crescimento do PIB <ul style="list-style-type: none"> TCMA₀₉₋₁₀: 2,9% 	Ministério do Planeamento
	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir o deficit da balança comercial post-oil, reduzindo importações/aumentando exportações 	Deficit da balança comercial post-oil <ul style="list-style-type: none"> 2010: \$ 25,7 B 	Economist Intelligence Unit
	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar ~5% - 7,5% ao ano o número de empresas criadas de capital angolano 	Empresas angolanas criadas <ul style="list-style-type: none"> 2010: 2.445² 	Guiché Único de Empresa
	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a taxa de sucesso do empreendedorismo angolano para + de 7% 	Sucesso do empreendedorismo <ul style="list-style-type: none"> 2009: 3,3% 	Global Entrepreneurship Monitor
	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir a taxa de desemprego para 23%% 	Taxa de desemprego <ul style="list-style-type: none"> 2010: ~28% 	Instituto Nacional de Estatística

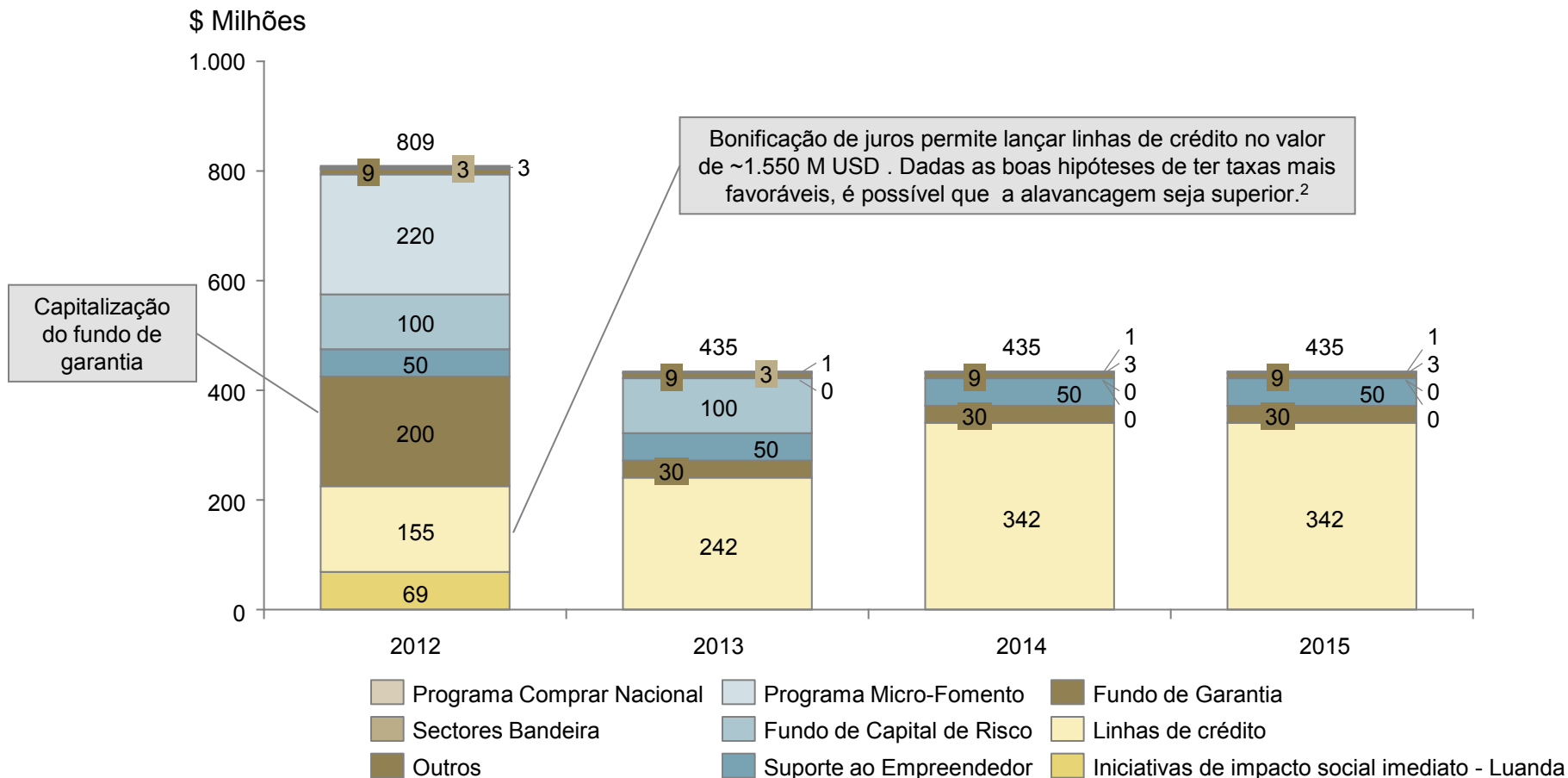
Micro

A evolução da distância face aos objectivos predefinidos poderá levar a eventuais ajustes ao Programa

1. Ranking Doing Business (World Bank) 2. Dados de constituição de empresas no Guiché Único
Nota: KPI – Key Performance Indicator

Os recursos alocados ao programa serão significativos até 2015, com um esforço adicional no ano de 2012

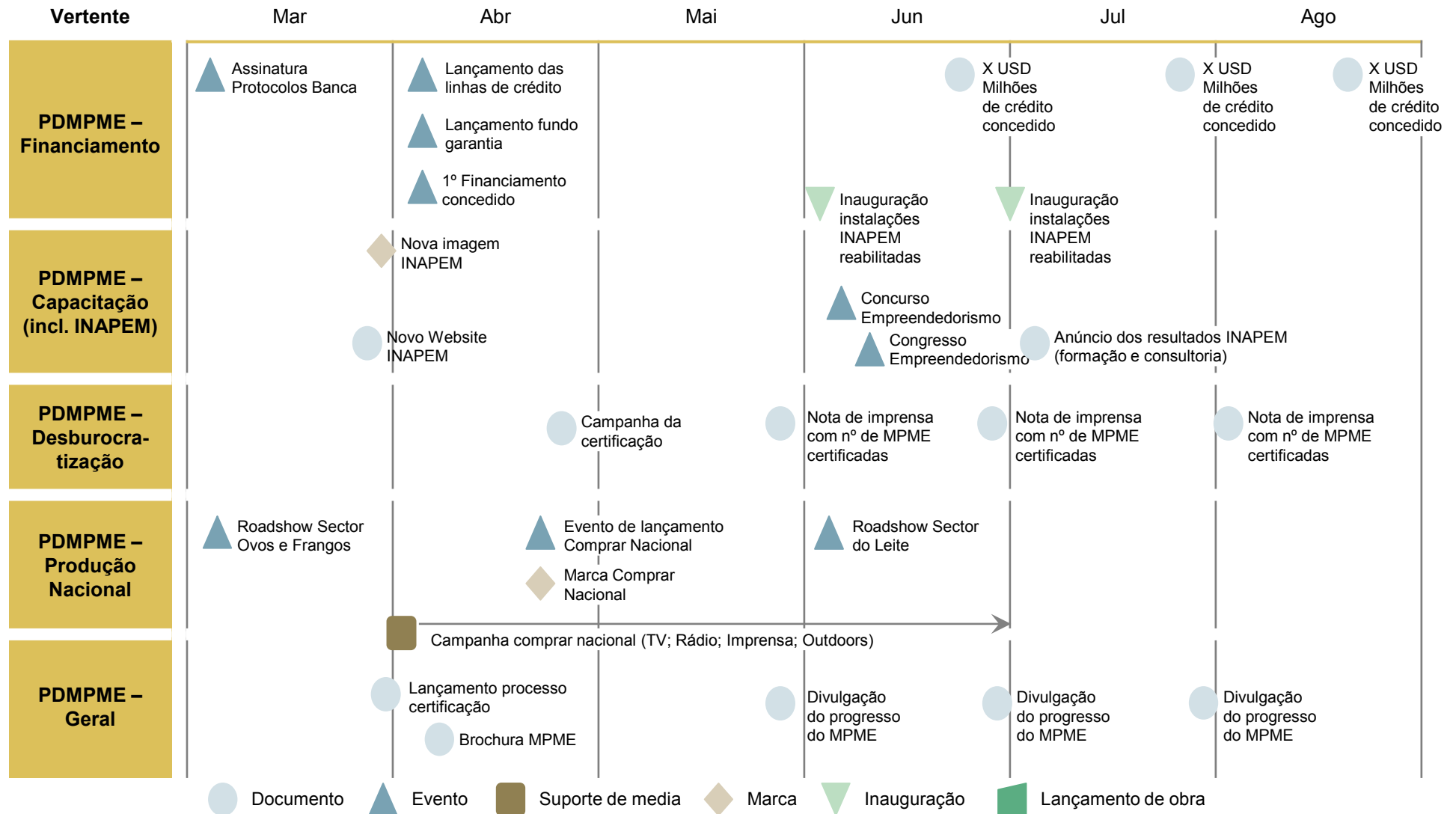
Orçamento Programa Desenvolvimento MPME's



1. Assume-se que o fundo de garantia tem uma taxa de default de 10% no 1º ano, 7,5% no 2º ano e apenas no 3º ano estabiliza nos 5%

2. Isso será tanto mais verdade quanto for possível ao BNA reduzir a diferença entre as taxas do mercado primário e secundário de divisas, contribuindo assim para aumentar o incentivo dado aos bancos par aplicarem liquidez no mercado de crédito, em vez de a aplicarem no mercado cambial

Os progressos na implementação do PDMPME serão divulgados de várias formas



Estão reunidas as condições para que a implementação do Programa Desenvolvimento das MPME's seja bem sucedido

Foram identificadas as principais razões para o insucesso de anteriores programas¹

- Falta de um plano de acção claro e detalhado
- Falta de financiamento regular
- Falta de uma proposta integrada de valor
- Falta de coordenação dos diferentes instrumentos

Programa Desenvolvimento MPME's será correctamente implementado em Angola

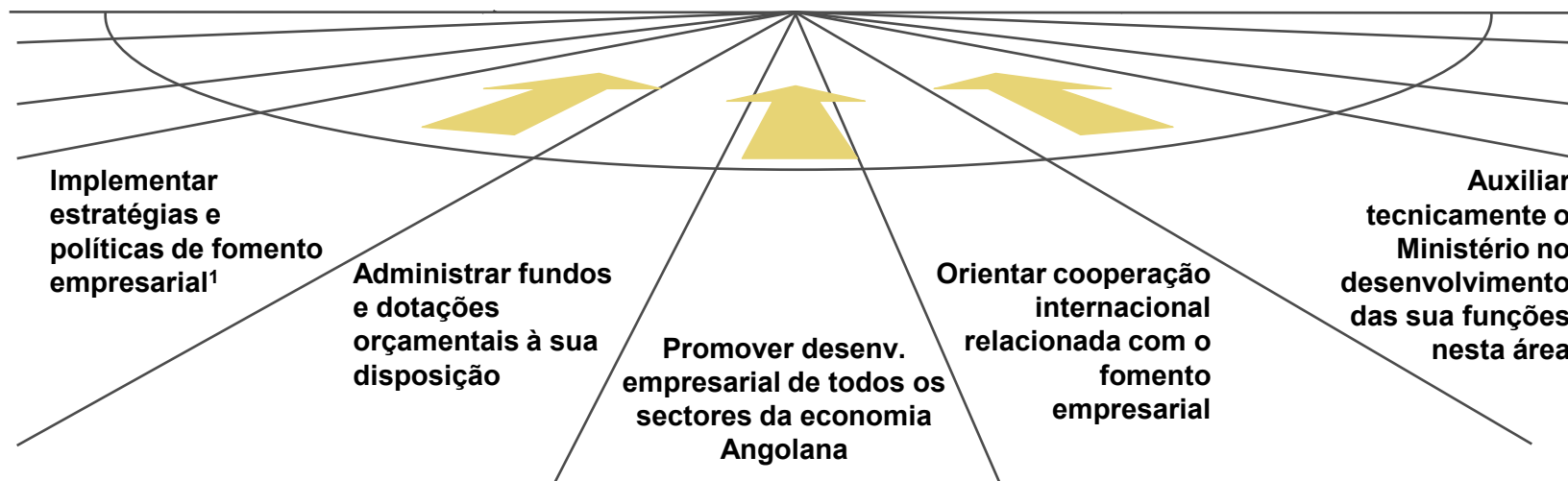
- Programa repartido em iniciativas com linhas de acção detalhadas e objectivos de implementação a serem atingidos no curto prazo
- Programa será considerado em termos de Orçamento de Estado, tendo um financiamento próprio no decorrer dos próximos anos
- Programa é constituído por um conjunto de iniciativas que geram uma proposta de valor completa e integrada para as MPME's assim como para os empreendedores
- Implementação do Programa será coordenada pelo MinEc através da criação de um PMO e em estreita colaboração com as demais entidades envolvidas

O MinEc está empenhado na implementação do Programa Desenvolvimento MPME's, com impacto relevante em 2012

INAPEM revitalizado será chave para fomentar o crescimento consolidado das MPME's

INAPEM

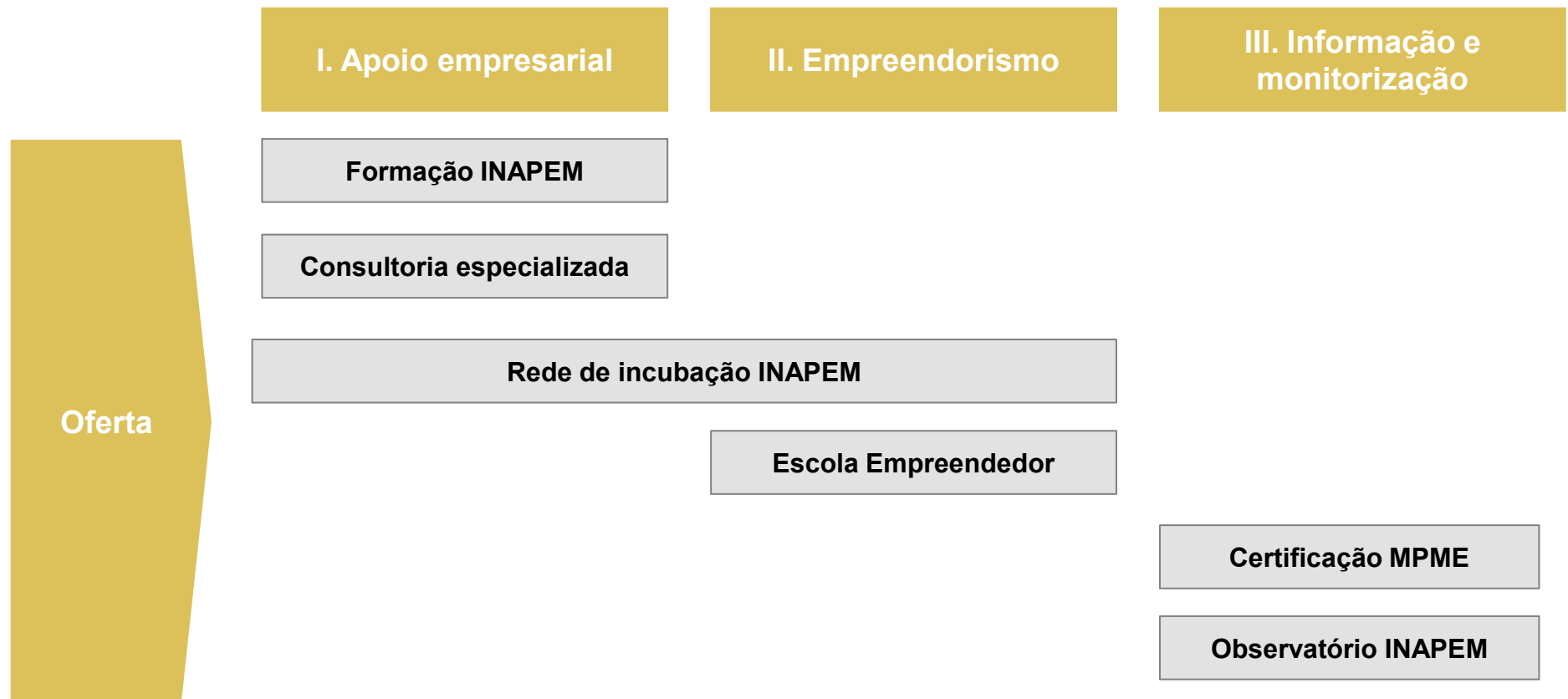
terá as seguintes atribuições:



Um dos enfoques do INAPEM e IFE será o de potenciar estas atribuições junto das MPME's (Art. 8º Lei da MPME's)

1. Inclui regulamentação; Supervisão; Controlo e Implementação

Oferta de serviços INAPEM em 2012 constituída por 6 componentes



Pontos de esclarecimento INAPEM no país

INAPEM irá disponibilizar as suas delegações e técnicos para esclarecer e apoiar processo de certificação

Zona Verde

- Prestação de informação pelos técnicos INAPEM na província
- Localizado nas delegações INAPEM já existentes

Zona Amarela

- Prestação de informação pelos técnicos INAPEM na província
- Localizado em zona identificada pelos Governos Provinciais

Zona Cinzenta

- Prestação de informação pelos **novos técnicos INAPEM a ser identificados pelos Governos Provinciais**
- Localizado em zona identificada pelos Governos Provinciais



Certificação MPME liderado pelo INAPEM com a colaboração de entidades externas para garantir capilaridade e celeridade

Processo destina-se a cumprir com a regulamentação da lei 30/11

Regulamentação da Lei 30/11 prevê a existência de um processo de certificação de MPME operacionalizado pelo INAPEM

- Apenas são elegíveis para os benefícios MPME as empresas que estiverem certificadas como tal

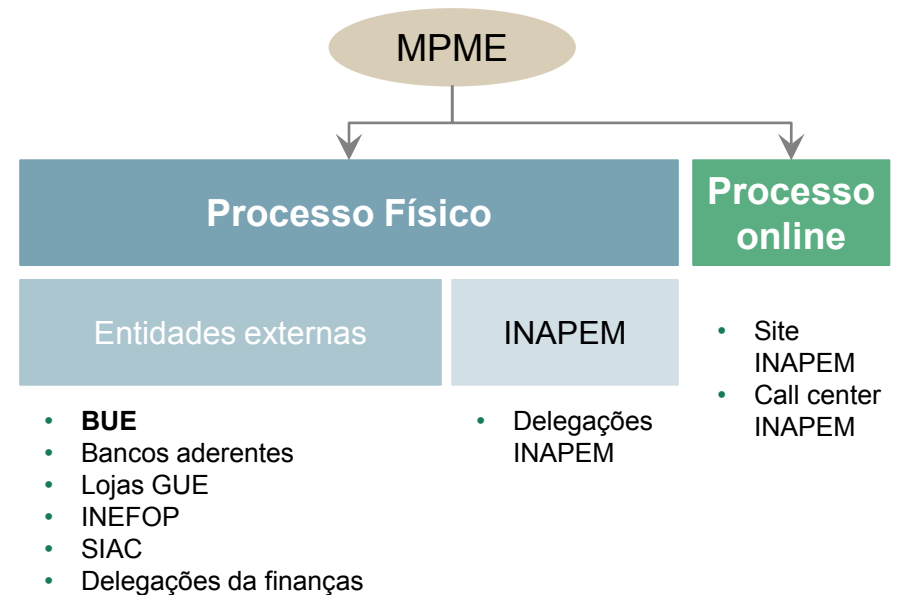
A implementação deste processo é crítico para permitir a aplicabilidade da lei MPME

- É necessário garantir a sua operacionalização no curto prazo

Adicionalmente à certificação, este processo irá fornecer informação valiosa sobre a evolução das MPME nacionais

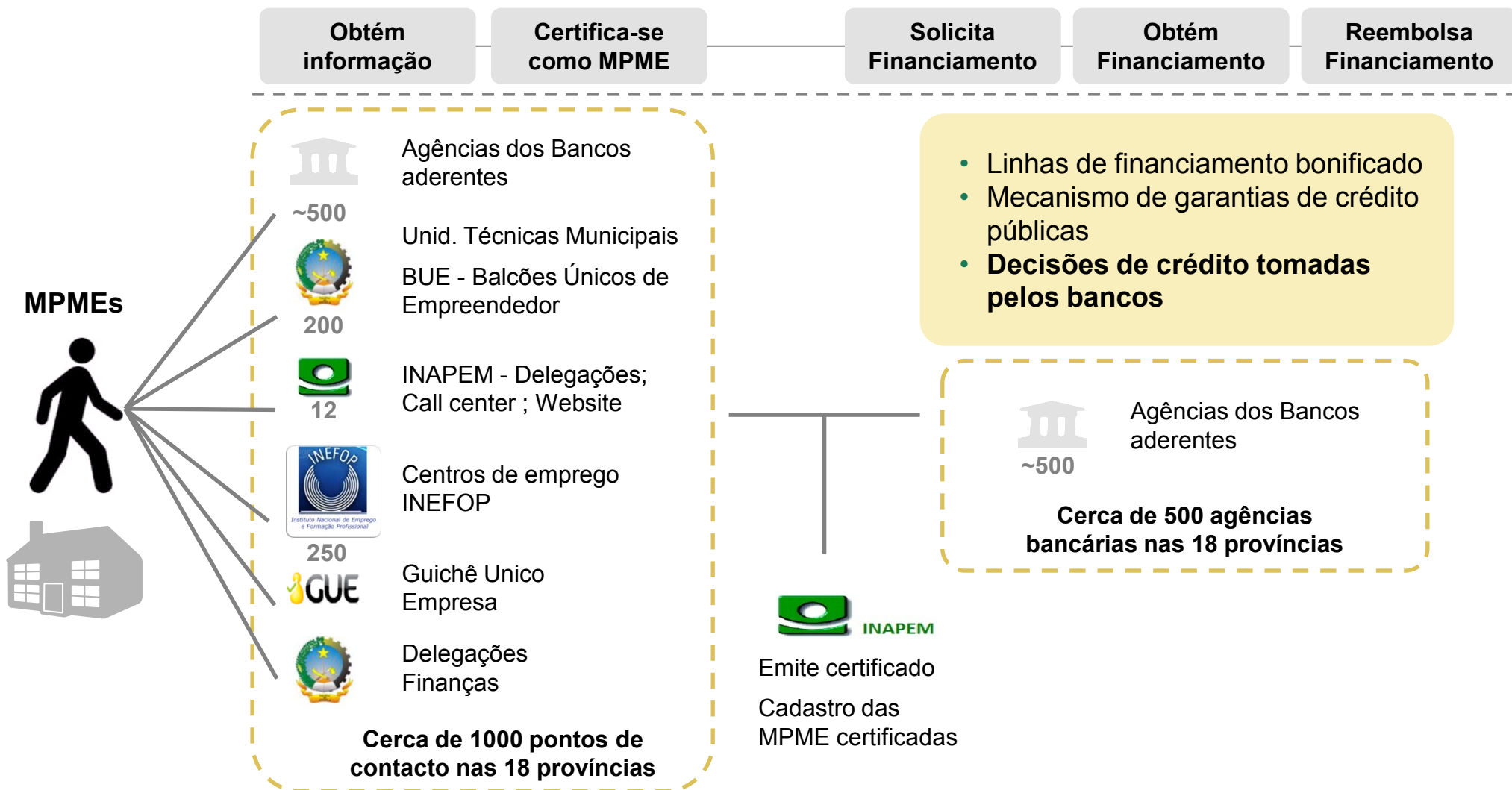
- INAPEM deverá analisar esta informação através do "Observatório INAPEM" para reportes periódicos de evolução das MPME

Implementação do processo contará com a colaboração de várias entidades externas



Programa de desenvolvimento das MPME

Como é que o empresário pode aceder a apoios ao financiamento ?



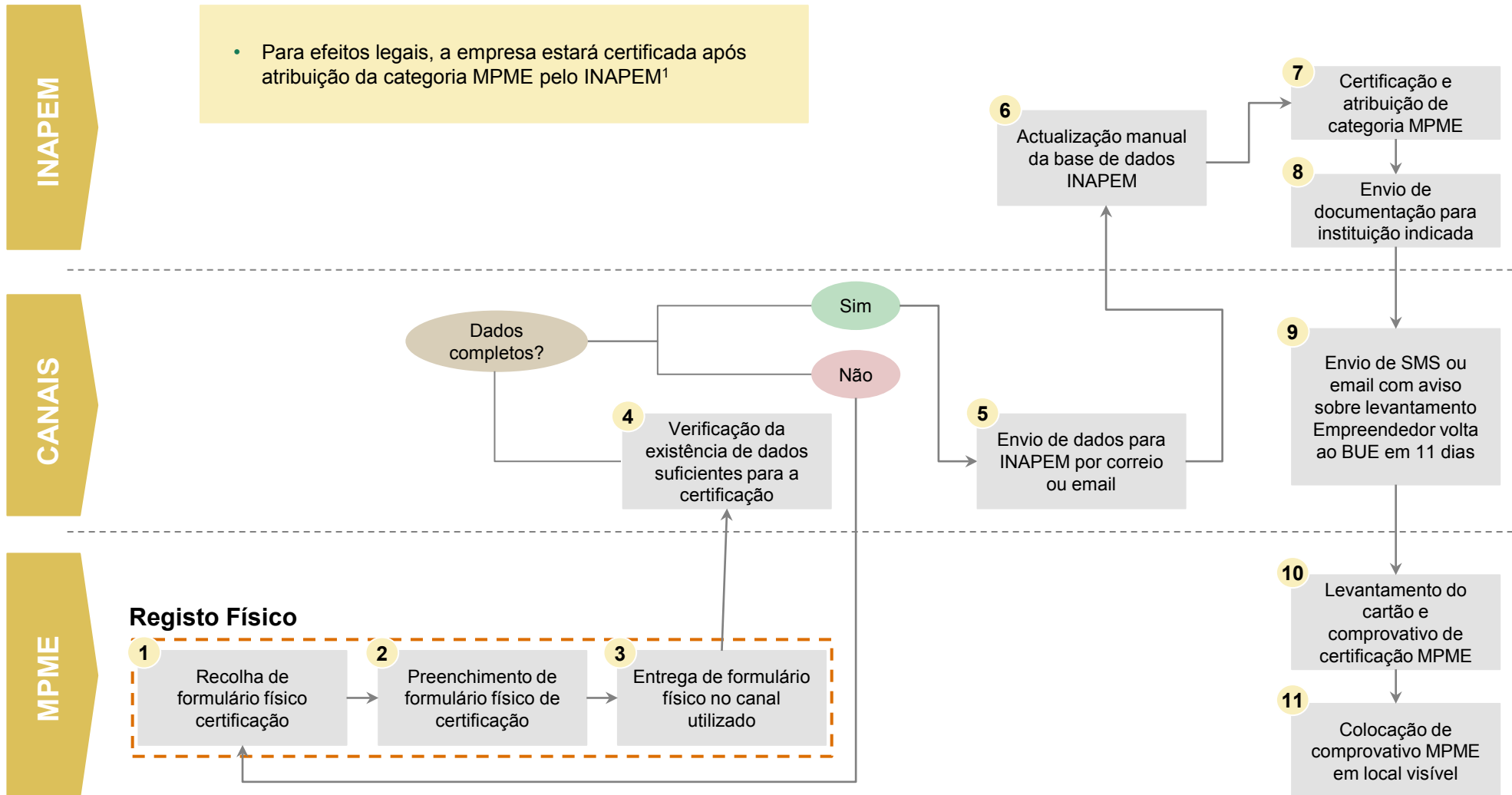
Documentação a entregar para certificação MPME

- a) Formulário de certificação MPME devidamente preenchido
- b) Assinatura do termo e responsabilidade MPME
- c) Cópia do estatuto ou pacto social
- d) Cópia do documento relativo ao Número do Contribuinte (NIF)
- e) Cópia do Alvará da actividade económica, ou documento comprovativo da entrada do processo para o efeito (alvará provisório)
- f) Declaração da empresa informando o número de trabalhadores efectivos (conforme minuta disponibilizada pelo INAPEM)
- g) Documento comprovativo do pagamento do Imposto sobre o Rendimento de Trabalho respeitante ao mês anterior contendo folha salarial para fazer prova do número de colaboradores – documento deve estar validado pela Direcção Nacional de Impostos (só aplicável para empresas já com actividade)
- h) Comprovativo entregue às finanças para efeito de pagamento de Imposto Industrial com dado do volume de facturação do período anterior (cópia do documento entregue deve estar devidamente assinado e carimbado pelas finanças):
 - a) Modelo 1 entregue pelas empresas da categoria A e B
 - b) Nos casos de empresas em início de actividade deve ser utilizado como referência para facturação a tabela dos lucros mínimos definida no Decreto executivo nº15/09
- i) Certidão negativa comprovando que MPME tem a sua situação com o fisco regularizada (só aplicável para empresas já com actividade)

Processo de certificação iniciado em canais autorizados

Os empresários podem-se dirigir aos BUE para tratar da certificação

Backup



1. Não será necessário o levantamento dos documentos para a empresa se considerar legalmente certificada.

Fonte: Análise BCG